



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JÉSSICA DA SILVA VIEIRA

Revisitando o Perímetro Irrigado de Sumé (PB): Uma análise da trajetória das famílias irrigantes após a paralisação do sistema de irrigação.

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
SETEMBRO/2014

JÉSSICA DA SILVA VIEIRA

Revisitando o Perímetro Irrigado de Sumé (PB): Uma análise da trajetória das famílias irrigantes após a paralisação do sistema de irrigação.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

ORIENTADOR (a): Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

SETEMBRO/2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- V657r Vieira, Jéssica da Silva.
Revistando o Perímetro Irrigado de Sumé (PB) – Uma análise da trajetória das famílias irrigantes após a paralisação do sistema de irrigação / Jéssica da Silva Vieira. – Campina Grande, 2014.
45 f.: color.
- Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.
- "Orientação: Prof.^a Dr.^a Ramonildes Alves Gomes".
Referências.
1. Sociologia - Campo. 2. Perímetro Irrigado Sumé - PB. 3. Estratégias Produtivas. 4. Modernização. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.
- CDU 316.334.55/.56(043)

JÉSSICA DA SILVA VIEIRA

Revisitando o Perímetro Irrigado de Sumé (PB): Uma análise da trajetória das famílias irrigantes após a paralisação do sistema de irrigação.

Aprovado em: 26/09/2014

MEMBROS DA BANCA:

Dra. Ramonildes Alves Gomes
UFCG/UACS
(Orientadora)

Dr. Roberto de Sousa Miranda
UFCG/CCTA
(Examinador Externo)

Dr. Luís Henrique Cunha
UFCG/UACS
(Examinador Interno)

A Deus e ao Espírito Santo por todos os dons sobre mim derramados. Aos meus avós maternos In Memoriam por serem o motivo constante de toda a minha força nessa caminhada.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradecer para mim sempre foi mais do que um simples gesto, é uma palavra que não cabe muitos significados. Durante essa árdua jornada acadêmica muitas pessoas passaram pela minha vida, umas para me mostrar que ao lado delas eu podia ir além, eu podia aprender e querer ser uma pessoa melhor, outras que me ensinaram que a maldade, o rancor e o querer ser melhor não nos leva a nada, afinal todos temos o mesmo fim aqui nessa jornada terrestre. Contudo, aprendi que o mundo não é feito apenas de coisas e pessoas de má fé, existem poucas, mas existem ainda aquelas que querem o bem do próximo, que não esperam nada em troca, que dão sem receber. Isso ficará como lição.

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades a mim dadas até aqui e por tudo o que ainda virá. Eu sei que os sonhos de Deus para a minha vida são perfeitos, suas promessas não vão deixar de se cumprir.

Aos meus pais/avós maternos (in Memoriam) que me criaram com tanta estima e dedicação, Sr. José Laurindo (Zé Matuto) e Sra. Josefa Amélia que me fizeram chegar até aqui, foi na simplicidade de dois analfabetos que eu pude aprender o que a escola jamais podia me ensinar e assim conseguir trilhar esse caminho.

À minha mãe Vânia e meu Irmão Jeferson que mesmo na ausência fazem parte da minha história.

Toda a minha gratidão é dedicada de maneira especial a minha orientadora professora Dra. Ramonildes Alves Gomes que me proporcionou a conclusão desse trabalho, agradeço primeiramente pelo acolhimento, por toda dedicação, orientação e paciência durante essa produção, sem a sua orientação e ajuda esse trabalho jamais seria possível.

Aos bons e verdadeiros amigos que Deus me deu, aqueles de todas as horas que estão sempre ali dispostos a me ajudar, me ouvir, dar força nos momentos que preciso aqueles que consegui conquistar a amizade nesses anos durante a jornada acadêmica, como as “bonitas” Bruna, Sonally, Janiely e Fernanda. Aos que chegaram agora de mansinho e já conquistaram seu espaço como Denise entre tantos outros.

Aos amigos irmãos como todos da família Tavares, Valquiria, Vandecleide, Rosália, Vando e Genildo, minha segunda família, sempre ao meu lado em todos os momentos. Tem os amigos do “busão” que durante todo esse tempo partilharam comigo das aventuras que é ser estudante e sair do Cariri todos os dias rumo a Rainha da Borborema, tendo a cada dia

uma nova surpresa nessas estradas, Kátia, Daniel, Edinete, Danyllo, entre tantos outros que não da pra citar aqui.

Agradeço também ao professor Dr. Luís Henrique Cunha que nos primórdios desse trabalho me incentivou e me orientou para um bom entendimento do campo de estudo.

Aos queridos Ana e Ruy que sempre estiveram desempenhando muito bem a sua função na coordenação e no departamento desse curso, durante todos esses anos a colaboração de vocês foi vital, atendendo sempre com presteza e dispostos a ajudar sempre.

Ao DNOCS, coordenação da CAMIS e famílias de irrigantes pela atenção e informações prestadas para a elaboração desse trabalho. O meu, muito Obrigada!

Que em meus gestos o Amor seja visto!
Que eu não tenha medo de ceder meu espaço, meu lugar, meu momento...
É mais, muito mais elegante oferecer do que exigir espaço!
Ali vê-se o calibre da alma!
Esperar é uma arte...
Pois na verdade nada é meu, tudo é graça recebida!
Tudo o que é eterno está guardado em Deus e depois aqui em mim...
Essas são riquezas que ninguém pode roubar... Ninguém!

Ziza Fernandes

RESUMO

O presente trabalho se insere no esforço de compreensão da trajetória produtiva das famílias irrigantes do Perímetro Irrigado de Sumé-PB, após a paralisação das atividades de irrigação ocorridas no início da década de 1990. Tendo em vista que nos anos de 1960 e 1970 a irrigação se apresentou como uma política de intervenção pública para resolver o problema de escassez hídrica do Semiárido nordestino, essa política foi implementada pela CODEVASF e pelo DNOCS, a partir de áreas geograficamente delimitadas. Para a implementação dos Perímetros Irrigados o DNOCS selecionava famílias agricultoras para ocupar os lotes e se tornarem irrigantes. Para viabilizar o estudo da trajetória produtiva das famílias do PIS buscamos, através da realização de entrevistas estruturadas com informantes chaves, da aplicação de questionários, além da pesquisa documental identificar e refletir sobre as diferentes estratégias produtivas adotadas pelas famílias irrigantes ao longo dos últimos 20 anos, considerando a “paralisação” das ações de assistência ao PIS, realizadas pelo DNOCS, incluindo o controle e acompanhamento das atividades de irrigação. Como referências teórico-conceituais essa monografia se insere em uma chave de análise dos esforços de modernização e desenvolvimento, a partir de autores como Celso Furtado, Otamar de Carvalho e Marcel Burzstyn. A pesquisa realizada possibilitou inferir que apesar das dificuldades enfrentadas os colonos continuam produzindo nos lotes, utilizando a irrigação por gravidade (gotejamento) e desenvolvendo atividades agrícolas e pecuárias para a comercialização. Entre as culturas produzidas destacam-se o tomate, sendo este o produto mais rentável no mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Perímetro Irrigado Sumé - PB. Estratégias Produtivas. Modernização.

ABSTRACT

This work is part of the effort to understand the productive trajectory of family irrigators of Sume-PB Irrigated Perimeter after the cessation of irrigation activities occurred at the beginning of the 1990s. Considering that in 1960 and 1970 irrigation was presented as a policy of public intervention to solve the problem of water scarcity in Semiarid of the northeast, this policy was implemented by Codevasf and DNOCS from geographically defined areas. For the implementation of Irrigated Perimeters DNOCS would select farming families to take lots and become irrigators. To facilitate the families productive trajectory study of PIS we looked for through interviews structured with key informants and use of questionnaires, beyond the documentary research identify and reflect on the different production strategies adopted by family irrigators over the last 20 years considering the cessation of assistance actions to the PIS performed by DNOCS, including the control and monitoring of irrigation activities. As theoretical and conceptual references this monograph is part of a key analysis of the efforts of modernization and development from authors such as Celso Furtado, Otamar de Carvalho and Marcel Burzstyn. The research allowed to infer that despite the difficulties the settlers continue producing in batches, using irrigation by gravity (drip) and developing agricultural and livestock activities for commercialization. Among the produced crops the tomato stands out, which is the most profitable product in the market.

KEY-WORDS: Irrigated Perimeter Sumé. Productive Strategies. Modernization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGUBEL – Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ASA – Indústria e Comércio LTDA

CAMIS – Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé

CAMISG – Perímetro de São Gonçalo

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER/PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

IFOCS - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

IRP - Índice de Realização das Metas Previstas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIS – Perímetro Irrigado de Sumé

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1: Tempo que reside no perímetro Irrigado de Sumé - PB | 27 |
| GRÁFICO 2: Tamanho da Propriedade | 28 |
| GRÁFICO 3: Animais que são criados no Perímetro Irrigado de Sumé - PB | 29 |
| GRÁFICO 4: O que é plantado no Perímetro Irrigado de Sumé – PB em Há | 29 |
| GRÁFICO 5: Renda Familiar | 31 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1: Produção Estimada das Culturas Agrícolas (Quantidade) do PIS entre Março de 2013 a Março de 2014..... | 36 |
| QUADRO 2: Produção Pecuária (Quantidade/abate) do PIS entre Março de 2013 a Março de 2014 | 37 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 CAPÍTULO 1: CONHECENDO O PERÍMETRO IRRIGADO DE SUMÉ | 18 |
| 1.1 A Criação do perímetro irrigado Sumé – PB..... | 18 |
| 1.2 Escolha das famílias de irrigantes..... | 20 |
| 1.3 Seleção das culturas..... | 22 |
| 1.4 A criação da Cooperativa..... | 23 |
| 1.5 A paralisação das atividades..... | 25 |
| 2 CAPÍTULO 2: O PERFIL DAS FAMÍLIAS DE IRRIGANTES NOS DIAS ATUAIS | 26 |
| 2.1 Os irrigantes e o tempo de permanência no PIS..... | 26 |
| 2.2 A propriedade agrícola..... | 27 |
| 2.3 Trabalho e Renda..... | 31 |
| 2.4 A paralisação das atividades e a relação dos irrigantes com o DNOCS no PIS..... | 32 |
| 3 CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E OS ESFORÇOS DE MODERNIZAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA NO PIS | 33 |
| 3.1 Os Discursos: Entre o passado e o presente..... | 33 |
| 3.2 O irrigante e as novas estratégias produtivas..... | 35 |
| 3.3 A Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé - CAMIS..... | 38 |
| 4 CONCLUSÃO | 41 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| ANEXOS | 45 |

INTRODUÇÃO

Em períodos marcados por secas prolongadas, os discursos no Semiárido Nordeste se voltavam para o planejamento de estratégias capazes de resolver os problemas relacionados às secas, assim como buscar alternativas para desenvolvimento da região sob diferentes aspectos. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) - (1978) assinala que a ação governamental mantida principalmente durante a seca de 1958 é dirigida no sentido de combater os efeitos das secas, com medidas de curto e longo prazo, onde se concretizavam as construções de açudes de pequeno ou grande porte.

Oliveira (2008) destaca que primeiro o IFOCS, depois o DNOCS foram criados para combater os efeitos das secas, se circunscrevendo ao chamado Polígono das Secas, se dedicando à construção de barragens e a perfuração de poços para represamento de água, para utilização em períodos de seca e que visassem, sobretudo criar as condições para uma agricultura irrigada e a construir nas propriedades de grandes e médios fazendeiros inicialmente, onde mediante acordos com grandes proprietários seriam perfurados poços para encontrar água, destinada a sustentação dos rebanhos.

O século XX inaugurou uma nova forma de lidar com a seca. O governo, com vistas a combater seus efeitos, criou uma dotação orçamentária instalando três comissões, que foram: a de açudes e irrigação, a de estudos e obras contra os efeitos das secas e a de perfuração de poços. Destas três, apenas a de açudes e irrigação permaneceu. A partir de então o IFOCS, hoje denominado DNOCS passou a atuar em todo o Nordeste brasileiro na tentativa de regularizar o abastecimento de água para a população, construindo açudes em suas áreas de jurisdição, além de uma infra-estrutura de casas, estradas, canais de irrigação, tais áreas passaram a ser denominadas de perímetros irrigados. Os Perímetros Irrigados tinham como função desenvolver atividades agrícolas, prioritariamente voltadas para a fruticultura irrigada. “Estes projetos de colonizações e efetivaram por meio da seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos.” (SUASSUNA 2002).

Os debates sobre desenvolvimento da época visavam o crescimento sobre tudo econômico da região Nordeste que sofria com a seca, além do progresso das técnicas e a produtividade.

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea em dois sentidos distintos. Onde o primeiro está na evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho...O segundo sentido relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas.”(Furtado, 1980)

Ao falar sobre a satisfação das necessidades Furtado (1980) aborda que o aumento da eficácia do sistema de produção, apresentada como indicador principal de desenvolvimento não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população. Tendo em vista que a ideia de desenvolvimento para esse autor ainda é um mito que “desvia as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.” (Furtado, 1974).

Em meio ao discurso vulgarizado sobre o meio-físico e o clima semi-árido propenso a secas constantes, mantendo uma relação causal de base dedutiva e determinista que se faz: meio físico ruim/atraso (RIBEIRO, 2009) é possível observar que nas últimas décadas esse lugar tido muitas vezes como o lugar do atraso sofreu grandes transformações. Várias políticas de combate a seca foram implantadas, na tentativa de minimizar os efeitos ocasionados pela mesma e garantir melhores condições de produção, tanto para o campo como para o agricultor que depende desse processo.

Contudo, a irrigação foi desde sempre pensada como uma maneira de desenvolvimento para a região semi-árida que sofria com os impactos das secas, pois como destaca Carvalho (1988, pág. 346):

A irrigação tem, portanto, o propósito essencial de criar condições que permitam o crescimento, em bases econômicas, de plantas cultivadas para a produção de alimentos ou matérias-primas. Em vista disso, seu avanço, em determinado país, irá depender do maior ou menor grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção alcançada pela sociedade de que se estiver tratando.

Neste momento a irrigação é vista como um progresso de técnicas e ampliação de possibilidades que permitam o crescimento principalmente econômico de uma sociedade tida como atrasada como o Nordeste. Como vimos em Carvalho (1988) a irrigação encontrava-se em seus primórdios mais desenvolvida nos países capitalistas adiantados, como ocorre com os Estados Unidos, a França, a Itália, Holanda e a Espanha, vista por esse autor como a quintessência da agricultura moderna.

A irrigação no Nordeste tem início nos anos de 1970 com a implantação do Programa de Irrigação Nacional visando o desenvolvimento do meio rural nordestino. A mesma é tomada como ancora dentro dos debates de desenvolvimento regional por ser considerada

uma das formas de combater a seca que assolava a região. Carvalho (1988, pág. 361) destaca que:

Das discussões realizadas nos anos 50, e em particular das que culminaram com a elaboração do Anteprojeto de Lei de irrigação, aprovado pelo antigo CODENO, em 1958, para as que se processarem na década dos anos 70, delas resultando a aprovação da Lei de Irrigação (Lei nº6.662, de 25 de junho de 1979), é evidente que muita coisa mudou. Tanto mudou que se conseguiu aprovar uma Lei de Irrigação.

Segundo Reis e Silveira (2011) a Política Nacional de Irrigação foi instituída pela Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979 e tinha como objetivo o aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação e o desenvolvimento da agricultura irrigada, obedecendo aos seguintes postulados básicos: a) preeminência da função social e de utilidade pública do uso da água e dos solos irrigáveis; b) estímulo e maior segurança às atividades agropecuárias, dando prioridade às regiões sujeitas a condições climáticas adversas; c) promoção de condições que possam elevar a produção e a produtividade agrícolas; e d) atuação principal ou supletiva do Poder Público na elaboração, no financiamento, na execução, na operação, na fiscalização e no acompanhamento de projetos de irrigação.

Marcel Bursztyn (1984) destaca que “a irrigação passa, então a ser o eixo central de uma política que visa, por um lado, à criação de projetos de assentamento e de produção agrícola de tamanho familiar (sob a responsabilidade do DNOCS)”. O autor define que, “Perímetros Irrigados são projetos que buscam a utilização das águas dos grandes açudes para a irrigação das terras situadas a jusante”.

Em Heinze (2002) é destacado que a irrigação no Nordeste tem um papel importante, no que diz respeito à possibilidade de viabilizar o exercício da atividade agrícola e de impedir que a população do campo migre para os grandes centros urbanos da região Nordeste e de outras regiões do Brasil, especialmente Sudeste e Sul.

Tomando como base esse contexto mais geral analisaremos o caso do Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), que contém uma superfície irrigável de 273 hectares, divididos em 51 lotes agrícolas. O PIS está localizado no Município de Sumé, situado na parte central do Estado da Paraíba, na microrregião do chamado Cariri Ocidental. Tendo como objetivo analisar as transformações vividas pelas famílias/colonas- irrigantes do PIS e sobre os esforços de modernização empreendidos por estes para dar continuidade às atividades produtivas já que a principal fonte hídrica para o seu funcionamento, o açude municipal chegou a secar.

Entre os anos de 1970 a 1990, 50 famílias agricultoras desenvolviam atividades produtivas no PIS, com destaque para a produção do tomate. A instalação do perímetro irrigado de Sumé fez parte do esforço de modernização da atividade agrícola no Semiárido nordestino, num contexto mais amplo de modernização regional.

O colono¹ tornou-se o ator principal desse modelo de produção que se dá através da irrigação, se tornando peça fundamental para o funcionamento do perímetro. Bursztyn (1984) destaca que os primeiros reflexos das vantagens da agricultura irrigada se evidenciavam a partir da produção das famílias que ocupavam as margens do açude, as quais se aproveitavam da baixa do nível das águas para plantar nas terras úmidas do leito. Esses produtores que ele chama de “vazanteiros” estavam diretamente subordinados ao Estado, já que o DNOCS sempre manteve a propriedade das terras adjacentes aos açudes, se reservando os direitos de cobrar uma renda anual, bem como de instalar ou expulsar as famílias.

Em 1979, período em que o PIS apresentou maior produção, chegando mesmo a produzir segundo dados do DNOCS 40 a 60 toneladas de tomate por hectare, era tido como um instrumento propulsor não só para a cidade, mas para a região. “O PIS dinamizou a economia local, atraindo parcela significativa de trabalhadores rurais que viam na agricultura irrigada possibilidades de emprego.” (MENDONÇA, 2010, pág. 72)

A prática agrícola no PIS foi inviabilizada após o açude municipal, principal fonte hídrica do município, ter secado totalmente entre os anos de 1989 - 1990 deixando assim durante mais de dez anos o mesmo inativo.

Assim partimos da hipótese de que a desativação das atividades no perímetro resultou na diminuição da produção agrícola, trazendo consequências negativas para a vida dos colonos que ali exerciam suas práticas. Para alcançar os objetivos pretendidos nesse estudo adotaremos uma metodologia com ênfase na abordagem qualitativa, utilizando também de dados quantitativos, através de entrevistas estruturadas e aplicação de questionários com alguns irrigantes, com o objetivo de diagnosticar a situação sócio-econômica atual dos irrigantes. No processo de realização das entrevistas procuramos conversar com dois tipos de irrigantes, os que estavam no PIS desde o início, e irrigantes que adquiriram propriedades mais recentemente, após a falência do Perímetro. A distinção temporal dos grupos foi interessante, porque nos ajudou a entender as justificativas para as estratégias produtivas adotadas por aqueles que permaneceram. Foram escolhidos como interlocutores neste estudo irrigantes do Perímetro de Sumé, coordenação da CAMIS e DNOCS – Sumé.

¹ Os colonos são pequenos produtores rurais que exploram lotes familiares com área entre 3,5 e 15 hectares. (CARVALHO, 1988)

O texto escrito ao final obedecerá à seguinte estrutura. No primeiro capítulo desta monografia apresentaremos aspectos relacionados à criação do Perímetro Irrigado de Sumé, o processo de escolha e triagem das famílias que se tornariam irrigantes, passaremos pela organização do PIS e, finalmente analisaremos os aspectos que culminaram na decadência do mesmo.

No segundo capítulo buscaremos descrever o perfil das famílias-irrigantes que permanecem no PIS atualmente, enfatizando os aspectos econômicos e as estratégias produtivas desenvolvidas.

No terceiro e último capítulo analisaremos as estratégias empreendidas pelas famílias para permanecerem no PIS, os investimentos feitos, as atividades que estes realizam nos dias atuais, procurando destacar quais esforços de modernização tem sido utilizados pelas famílias de irrigantes, assim como os discursos utilizados pelos representantes locais a respeito do PIS.

1 CAPÍTULO 1: CONHECENDO O PERÍMETRO IRRIGADO DE SUMÉ

Neste capítulo apresentaremos o Perímetro Irrigado Sumé, partindo de sua criação, da descrição dos atores, passando pelo processo de implementação até a paralisação das atividades no ano de 1990.

Como já dissemos nos anos de 1970, uma das iniciativas de combate as secas foram a criação de perímetros irrigados. Nas áreas que não ficavam no curso da bacia do São Francisco os Perímetros ficavam sob a responsabilidade do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Desde a sua criação, o PIS foi visto como um propulsor de modernidade, pois tinha o intuito de desenvolver a produção agrícola na região, elevar os níveis de vida especialmente dos agricultores, assim como aumentar a produtividade agrícola entre outros.

As obras do DNOCS, iniciadas a partir do final dos anos 1950, apresentavam-se como um fator de fixação e de atração demográfica. Enquanto todos os municípios do cariri sofriam perda de população durante a década de 1960, Sumé manifestava um crescimento de 50% (BURSTYN, 1984 p. 87-88).

O Perímetro Irrigado Sumé em seu auge foi visto com sucesso, pois movimentou o cenário local em todos os aspectos, em um período em que a seca assolava a região, enquanto os municípios perdiam suas populações por conta da seca, Sumé crescia pelas oportunidades que o Projeto de Irrigação propiciava, criando as condições para a agricultura irrigada e, consecutivamente, também para a prática da pecuária. Dessa maneira, pretendemos mapear rapidamente a trajetória do PIS com intuito de compreender os diferentes processos desde a sua instalação até a completa paralisação das atividades.

1.1 A criação do perímetro irrigado Sumé - PB

Em 1957 tiveram início às obras de construção da barragem que iria formar o açude da cidade de Sumé, sendo concluído em 1962 (Projeto Sumé-DNOCS-Minter, 1966), como parte da política de açudagem², onde o governo construía reservatórios de água em todo o Nordeste. Para trabalhar na construção da infra-estrutura inicial do Projeto vieram para Sumé equipes técnicas com experiência em outros perímetros, além é claro da contratação de mão de obra local (MENDONÇA, 2010. Pag. 52).

²A técnica da açudagem era pensada desde o Brasil Império, como sendo uma maneira de resolução do problema das secas no Nordeste. A política de açudagem era uma técnica de acumulo d'água, visando a formação de grandes reservatórios para abastecimento para a população, favorecer a produção de energia elétrica, dar subsistência à produção de alimentos, entre outros. (SILVA e SOARES, 2012).

Em 1967 quando as obras do açude já haviam sido concluídas e grande parte da mão-de-obra estava desmobilizada, o DNOCS inicia os trabalhos de construção da infraestrutura para à instalação do Perímetro Irrigado (BURSTYN, 1984). As construções envolviam uma área de 709 há, sendo 307 há na área irrigada e 402 há na área de sequeiro. Dividida inicialmente em 51 lotes agrícolas.

O sistema de adução é formado por dois canais principais. Um dos canais parte do medidor, a jusante da galeria da tomada d'água do açude Sumé, medindo 11,1 Km de extensão, com vazão de 0,5 m³/s. O outro canal, projetado para atender as áreas situadas na margem esquerda do rio Sucuru, mede 2,9 Km de extensão, com vazão de 0,11m³/s.

Burstyn (1984) destaca que para a instalação de perímetros o DNOCS desapropriava as terras irrigáveis das imediações dos açudes, em seguida, executava trabalhos de sistematização do solo, de construção dos canais de irrigação e da rede de drenagem; logo depois a terra era subdividida em lotes, segundo a capacidade produtiva média de uma família, finalmente era implantada a infra-estrutura necessária à ocupação dos lotes (construção de habitações, rede elétrica, vias de comunicação, comércio, escolas, instalações para a administração e para as atividades coletivas, entre outros).

O projeto Sumé tinha como objetivo:

Elevar os níveis de vida dos agricultores da bacia; aproveitar racionalmente os seus recursos hidro-agrícolas; objetivando a ampliação de sua capacidade de produção; incrementar a produtividade dos recursos públicos já alocados na área; aumentar a oferta de produtos agrícolas tanto de consumo geral como daqueles específicos das populações de níveis de renda mais elevados e que, eficientemente comercializados, conduzirão a longo prazo a um menor preço de venda para o consumo final; utilizar a presente experiência, depois de corrigidas as suas possíveis distorções, como modelo para a reestruturação e valorização agrícola de novas áreas, visando ao desenvolvimento e a integração das mesmas no processo de desenvolvimento do Nordeste como um todo. (Projeto Sumé-DNOCS- Minter- Vol I. 1966, pag 36).

Visando atingir esses objetivos o DNOCS adotou a seguinte metodologia:

Reorganização da estrutura fundiária da bacia, através da desapropriação, loteamento e revenda de suas terras, visando ao incremento da produtividade; implantar uma infra-estrutura complementar sob a forma de rede de canais de irrigação, drenos, escolas, casas para os irrigantes, estábulos, etc; introduzir modificações de base na estrutura econômico-social da área, através da assistência social, técnica, econômica e financeira. (Projeto Sumé-DNOCS- Minter- Vol I. 1966, pag 36-37)

A dimensão dos lotes segundo o projeto inicial (Projeto Sumé-DNOCS- Minter- Vol I. 1966, pag. 41) foi determinada visando o equilíbrio de três fatores: área líquida irrigável;

população e nível de renda. A partir de então foram estabelecidas unidades para a área irrigável dos lotes que seriam:

a) Unidade Sucuru – Ocupa maior área. Situa-se nas Classes II e III de capacidade de uso das terras agricultáveis, sendo que na sua quase totalidade está compreendida nos solos de Classe II, que apresentam limitações moderadas e problemas simples de conservação. As culturas indicadas para estes solos são a banana, laranja, feijão, cebola, tubérculos e hortaliças de um modo geral. Tais unidades foram divididas com base na vocação do solo e levando-se em consideração as condições climáticas da região.

b) Unidade Oiti – Os solos que caracterizam esta unidade apresentam um maior teor de argila em relação à unidade anterior, principalmente nas camadas compreendidas entre 25 a 100 cm de profundidade. Devido às deficiências da drenagem natural, esses solos foram considerados inicialmente da Classe III, porém como está prevista a implantação de uma eficiente rede de drenagem em toda bacia, podem os mesmos ser enquadrados perfeitamente na Classe II. As culturas mais recomendadas para este solo são: banana, laranja, feijão e hortaliças.

c) Unidade Sucuru Salgado – Esta unidade é constituída por manchas de solo dentro da Unidade Sucuru. Tem um grande fator limitante que é a presença de sais solúveis em quantidade elevada, nas diversas camadas de seus solos, estes solos não serão aproveitados de imediato, antes serão submetidos a um intenso trabalho de recuperação e melhoramento, e em longo prazo, para tornarem-se capacitados á exploração agrícola.

1.2 Escolha das famílias de irrigantes

Sousa (2013) destaca que no que se refere aos perímetros, coube ainda ao DNOCS instalar os colonos e suas famílias nos lotes agrícolas, que seriam considerados como uma “empresa familiar” montar toda uma estrutura administrativa no local e assumir as gerências de perímetros até que as famílias se tornassem aptas a comandar todo o empreendimento.

Para colocar o Projeto em execução foi realizado um processo de seleção das famílias que iriam se tornar colonos e participar do perímetro. No projeto inicial (Projeto Sumé - DNOCS- Minter- Vol I. 1966) procurou-se identificar entre os residentes na bacia aqueles que potencialmente eram mais aptos segundo os critérios que eram utilizados na seleção, dentre eles:

1. O irrigante deveria ser alfabetizado;
2. Ter idade compreendida entre 18 e 55 anos;
3. Ter casado;

4. Ter pelo menos dois filhos, de maneira que a unidade familiar pudesse contar com um número de braços capaz de assegurar uma alta produtividade de terra;
5. Não ser proprietário de terreno rural fora do perímetro da bacia, nem de estabelecimento de indústria ou comércio;
6. Ter experiência comprovada nos trabalhos agropecuários;
7. Demonstrar inclinação para o associativismo.

Os primeiros colonos foram instalados no PIS em 1970, inicialmente duas famílias. Burstyn (1964) destaca que “estes dois colonos cuidadosamente escolhidos deveriam tornar-se os exemplos que serviriam de modelo tanto para a expansão do “perímetro” quanto para a proliferação da experiência em todo o Polígono das Secas.”

Em meados de 1975 foram selecionados mais 27 agricultores - pelo DNOCS - que antes da implantação deste projeto passaram por um período de treinamento na área de experimentação reservada para este fim, objetivando prepará-los para as atividades que iriam desempenhar na nova estrutura.

O DNOCS dispunha de uma área experimental, utilizada para o cultivo de diversas culturas, tal área era destinada ao treinamento dos irrigantes selecionados, no início foram vinte e sete agricultores, que passaram por um período de preparação para assumir o lote agrícola no Perímetro. (SOUSA, 2013).

Para um bom desenvolvimento do trabalho na nova estrutura o treinamento dos irrigantes segundo o projeto inicial era tido da seguinte forma:

Este treinamento será ministrado conjuntamente por técnicos do DNOCS (especialistas em sócio economia, agrônomos, etc.), da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR – (extensionistas, economistas domésticos, etc.) e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo – DAC (especialistas em cooperativismo). (Projeto Sumé-DNOCS- Minter- Vol I. 1966, pag 37).

Em 1976 o Perímetro contava com 46 famílias de colonos, ou seja, 350 pessoas ocupavam a área irrigada (BUSTYN, 1984). Pois na medida em que casas e as demais instalações iam sendo realizadas, as ocupações iam acontecendo e o número de colonos aumentando.

Em Mendonça (2010), constata-se que a seleção dos agricultores era realizada visando identificar entre os residentes da bacia quais estariam mais aptos à capacitação sob forma de racionalismo econômico, maior receptividade para adoção de novas técnicas e novos hábitos. Além também do treinamento que as primeiras famílias deveriam participar.

A produção do PIS foi se consolidando por etapas, os primeiros anos foram reservados para o treinamento dos primeiros irrigantes assentados, treinamento de pessoal do DNOCS em outros perímetros já estabelecidos como o de São Gonçalo e observação do desempenho dos irrigantes que já estavam produzindo. (Mendonça 2010, pag. 62)

Assim, os resultados do PIS se mostravam positivos, alguns trabalhadores rurais passaram a produzir hortaliças nas margens do açude, mesmo não sendo proprietários e com pouco dinheiro para investimento, garantindo assim o sustento familiar, além de outros que se tornaram trabalhadores temporários assalariados.

1.3 Seleção das culturas

A escolha das culturas foi feito de maneira inicial a testar o solo para saber quais as culturas que iriam se adaptar ao mesmo e ao clima. Segundo o Projeto Sumé (1966) o estudo de vocação do solo com base na ecologia agrícola da área foi ponto de partida para a determinação das culturas.

Sousa (2013) assinala que:

A montagem do planejamento agrícola para o PIS foi estruturada com base nas características dos solos e do clima, com vistas a proporcionar uma produção capaz de dar sustentabilidade econômica aos irrigantes e suas famílias, pode-se constatar isto observando a variação das culturas incluídas no planejamento, houve uma preocupação em diversificar a origem das receitas, buscando assegurar que a renda familiar tenha opções diversificadas, entre as variadas atividades agrícolas propostas.

Inicialmente, o PIS produzia banana, batata doce, coco, maracujá, melancia, beterraba, capim-de-corte, feijão, melão japonês, macaxeira, mamona, milho (espiga e grão), pimentão e tomate (industrial e de mesa). Além também da atividade pecuária.

O cultivo do tomate foi incentivado por causa da alta produtividade e da boa rentabilidade, chegando a cultivar 230 hectares de tomate, produzindo em média 40 toneladas por ha, chegando a produzir até 60 toneladas por ha. Tornando-se, portanto o destaque em produção no PIS.

Além disso, a produção de milho também teve a sua importância inicialmente. “A segunda maior produção foi de Milho, pois ele se constituiu como alternativa para o revezamento de cultura, ocupando os campos nos meses após a colheita de tomate.” (MENDONÇA, 2010. Pág. 70).

Segundo Mendonça (2010) no projeto inicial uma questão a ser levantada pelos técnicos era a localização dos mercados e a distancia do perímetro em relação aos mercados de venda e consumo dos produtos comercializados. O tomate que era o principal produto do

perímetro era vendido diretamente para a fábrica de Peixe na cidade de Pesqueira, Pernambuco, através de contrato e de acompanhamento técnico da preparação da terra até a entrega. Outros produtos como a banana eram comercializados em Campina Grande, Paraíba, e parte da sua produção era tida em Sumé.

No projeto inicial não havia a pretensão de comercializar os produtos diretamente com indústrias, apenas no comércio local e nos mercados mais próximos, contudo com o aumento da produção houve a necessidade de expansão dos mercados e a indústria Peixe, tornou-se a principal compradora do tomate produzido no PIS.

1.4 A criação da Cooperativa

No projeto inicial o sistema de comercialização da produção seria efetuado através de uma cooperativa mista que congregaria não só os irrigantes como também todos os agricultores das áreas circunvizinhas que a ela quisessem se associar.

Bursztyn (1984) destaca que o agricultor isolado não pode sozinho plantar, colher, vender, comprar, pedir crédito, melhorar sua cultura e suas técnicas. Mas no coletivo isso é possível. A Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé (CAMIS) foi criada em 15 de junho 1975, a partir de irrigantes que se associavam, mas a coordenação e o gerenciamento eram de responsabilidade do DNOCS. A CAMIS “elabora os planos de exploração agrícola, serve de intermediária nas negociações dos empréstimos bancários e na comercialização da produção, etc.; em suma a autoridade suprema, a magistratura local”. (BURSZTYN, 1984. Pag.90).

Para que a cooperativa fosse formada era necessário ter 20 colonos assentados, o DNOCS tratou de todos os trâmites, inicialmente a CAMIS estava ligada a cooperativa do Perímetro de São Gonçalo - CAMISG, durante um período de quatro meses foi criado um estatuto e eleito um presidente.

A Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé, que era composta por um presidente eleito pelos e entre os associados (irrigantes), um gerente que na maioria do tempo de funcionamento do PIS era um funcionário do DNOCS, os associados e demais funcionários como contador, técnico agrícola, funcionários encarregados de contabilizar e registrar a produção, etc, estava prevista desde o projeto inicial que tinha como tarefa além das atribuições que lhe são peculiares, controlará também as atividades financeiras de cada irrigante. (Mendonça, 2010. Pag, 67. In: Projeto Sumé, vol.I, pág 1).

Entre as atividades que a mesma exercia, estava a disponibilização do dinheiro semanalmente para a aquisição de bens de consumo, como produtos da cesta básica para os moradores da cidade e especialmente para irrigantes onde faziam um preço menor que o do mercado, através de um supermercado e de um frigorífico que era tido nas dependências do

DNOCS. Mendonça (2010) destaca que cabia também a cooperativa colocar em prática, em conjunto com o DNOCS, os projetos para plantio com a fábrica de peixe e intermediar o financiamento de todas as etapas de produção.

Nesse processo de pagamentos e recebimentos tudo era realizado pelo DNOCS e cooperativa, onde o dinheiro era repassado para a cooperativa através do banco, a cooperativa por sua vez fazia os pagamentos de acordo com as etapas de produção.

1.5 A paralisação das atividades

O perímetro teve suas atividades paralisadas em decorrência de uma sequência de problemas organizacionais e estruturais, que resultaram na sua interrupção total nos anos de 1990, como destaca Mendonça (2010, pág.77),

Dentre os principais problemas, estão: conflitos na condução da Cooperativa, disputas na distribuição e acesso à água dos canais, diminuição do nível de água disponível para irrigação no açude de Sumé e sucessão da gerência do Perímetro no início dos anos oitenta. Acreditamos que estes fatores tenham relevância no processo de declínio do Projeto Irrigado de Sumé.

A relação entre os problemas existentes com a ausência de uma política de gestão de recursos hídricos, e com a falta de assistência técnica agravaram os problemas causados pelas grandes estiagens que assolavam todo o Nordeste. A redução da quantidade da água do açude municipal levou o mesmo ao esvaziamento total nos anos de 1989 e 1990, resultando na suspensão da irrigação realizada pelo DNOCS e consecutivamente, a inativação do perímetro.

Segundo relatórios do DNOCS a jurisdição da unidade deste órgão no Estado da Paraíba, juntamente com alguns irrigantes buscaram meios para explorar o perímetro³. Em 1999 foi constatado pelo DNOCS que cerca de 60% da área irrigada poderia ser explorada, sendo sugerida, portanto a construção de barragens subterrâneas para servir de suporte a carga dos poços a serem perfurados, para facilitar o acesso a água e para o abastecimento humano.

Contudo, entre os anos de 1990 e 2005, as atividades agrícolas na área se restringiram a culturas de inverno⁴, enquanto a estrutura de irrigação ficou cerca de 50% de sua totalidade destruída pela exposição às intempéries do tempo.

Em 2004 e 2005 o açude municipal armazenou água suficiente para que a irrigação fosse realizada, o DNOCS realizou um diagnóstico do perímetro e junto com os irrigantes

³Foram realizadas reuniões para decidir o que poderia ser seria feito, assim, como um estudo do potencial subterrâneo em trechos do Rio Sucuru.

⁴Corresponde a atividades agrícolas realizadas durante o inverno, é tida como uma segunda opção de renda para o produtor neste período do ano, com o plantio de milho, feijão e tomate.

priorizou algumas ações a serem executadas, dentre essas a eletrificação de lotes do PIS para que os irrigantes tivessem acesso a energia elétrica e assim irrigar com o sistema de irrigação localizada. Daí alguns irrigantes poderiam explorar determinadas áreas com olerícolas, principalmente o tomate utilizando da irrigação por gotejamento com água de poços.

A partir de 2006, a Adutora do Congo foi inaugurada, passando assim a fornecer o abastecimento de água para a cidade, e com isso o açude passou a ter condições de fornecer água para outros usos como o da produção agrícola. Nesse mesmo período foram disponibilizados 15 kits de irrigação por gotejamento apenas a 15 irrigantes, a partir de então a CAMIS foi reativada e as atividades iniciadas, onde os agricultores começaram a plantar com água de poço. Em 2007 foram plantados mais 17,10 hectares de tomate.

Atualmente, os antigos lotes estão ocupados por antigos proprietários, esposas ou filhos dos já falecidos que realizam atividades nas pequenas faixas irrigadas produzindo tomate, milho, pimentão e banana, ainda utilizando a água de poços artesianos e técnicas por gotejamento.

2. CAPITULO 2: O PERFIL DAS FAMÍLIAS DE IRRIGANTES NOS DIAS ATUAIS

Este capítulo insere-se no esforço de apresentar de maneira descritiva o perfil das famílias de irrigantes que fazem parte do Perímetro Irrigado Sumé - PB. A análise se deu de forma qualitativa através da aplicação de questionários com algumas famílias de irrigantes, tendo em vista que passados mais de vinte anos após a paralisação das atividades é possível observar a ocupação dessas terras pelos colonos que desenvolvem algum tipo de atividade agrícola, não tida da mesma forma que antigamente, mas com novas técnicas para permanência no local.

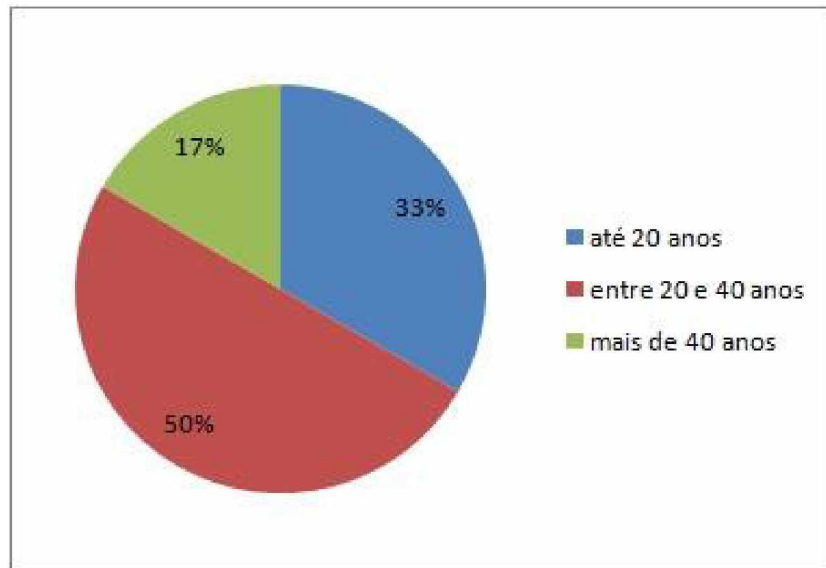
2.1 Os irrigantes e o tempo de permanência no PIS.

Segundo informações do DNOCS existem no ano de 2014, 51 lotes agrícolas cada qual com um responsável cadastrado no órgão competente, mas nem todos permanecem produzindo de maneira corriqueira. Segundo Mendonça (2010) a produção de banana⁵ entre 1973 e 1974 foi em grande escala, destaca-se que em 1973 a maior área produzida tinha 59,00 hectares e em 1974 com 43,40 hectares produzidos, atingiu 473.692 kg.

No processo de realização das entrevistas procuramos conversar com dois tipos de irrigantes, os que estavam no PIS desde o início, e irrigantes que adquiriram propriedades mais recentemente, após a falência do Perímetro. A distinção temporal dos grupos foi interessante, porque nos ajudou a entender as justificativas para as estratégias produtivas adotadas por aqueles que permaneceram.

Analisando o Gráfico 1, a respeito do tempo de residência no PIS, observa-se que 17% das famílias residem no perímetro a mais de 40 anos, enquanto que 50% residem entre 20 e 40 anos e 33% até 20 anos, ou seja, a maior população residente hoje no PIS se instalou originalmente em seu período de auge.

⁵⁵ “Não foi adotada por todos os irrigantes, sendo plantada de forma irregular.” (MENDONÇA, p. 63, 2010)

GRÁFICO 1: Tempo que reside no perímetro Irrigado de Sumé - PB

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Pode-se constatar ainda que muitos dos irrigantes não são filhos naturais do município de Sumé, vieram de outras localidades do Estado da Paraíba como São Mamede-PB, São João do Cariri-PB e sítios circunvizinhos como Angico Torto, Olho D'água Branca (que fazem parte do município de Sumé) e também do Sitio do Melo, município de Prata-PB. Estes decidiram vir morar no perímetro por motivo de trabalho, outros por já terem parentes no mesmo, alguns por já residirem na cidade (ser o lugar de origem) ou ainda por causa da família para garantir o seu sustento.

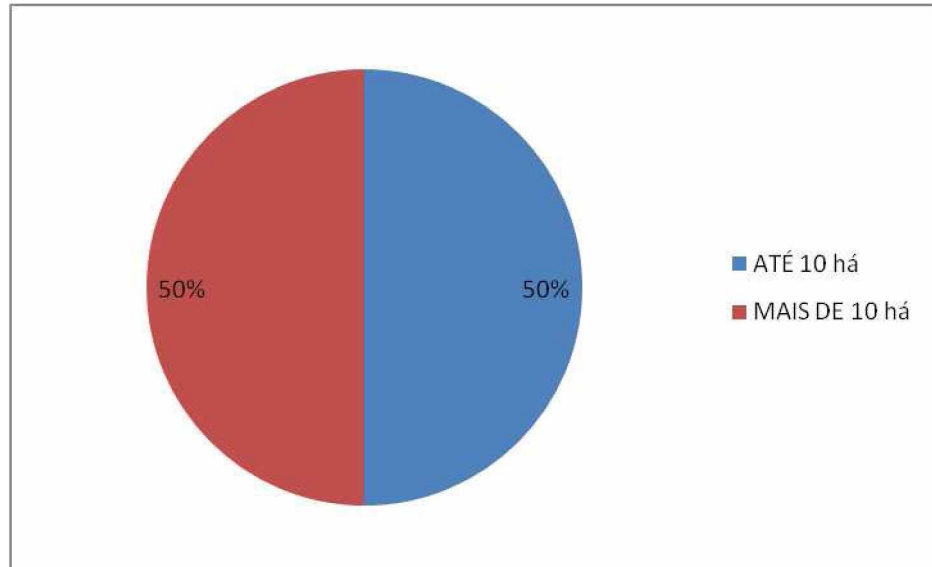
Sabe-se que as instalações no início eram feitas pelo DNOCS, que se encarregava das construções e infraestrutura das residências e do projeto de irrigação, visando à entrada dos irrigantes. Atualmente as casas de moradia do PIS são todas construções do tipo instalações de alvenaria, o fato novo é que ao longo dos anos as casas foram sendo modificadas, melhoradas e ampliadas pelos que nelas residem.

2.2 A propriedade agrícola

Constatou-se que geralmente residem nos lotes habitacionais os membros da mesma família, sendo pais, filhos, netos, irmãos entre outros. Nem todos os membros residem no perímetro ou em suas adjacências, um dos entrevistados relatou que as filhas do casal moram na capital João Pessoa onde estudam. Apenas um dos entrevistados diz ter membros da família residindo no perímetro ou em adjacências.

Quanto ao tamanho, as propriedades no PIS variam de 6 hectares a 15,5 hectares, como mostra o Gráfico 2.

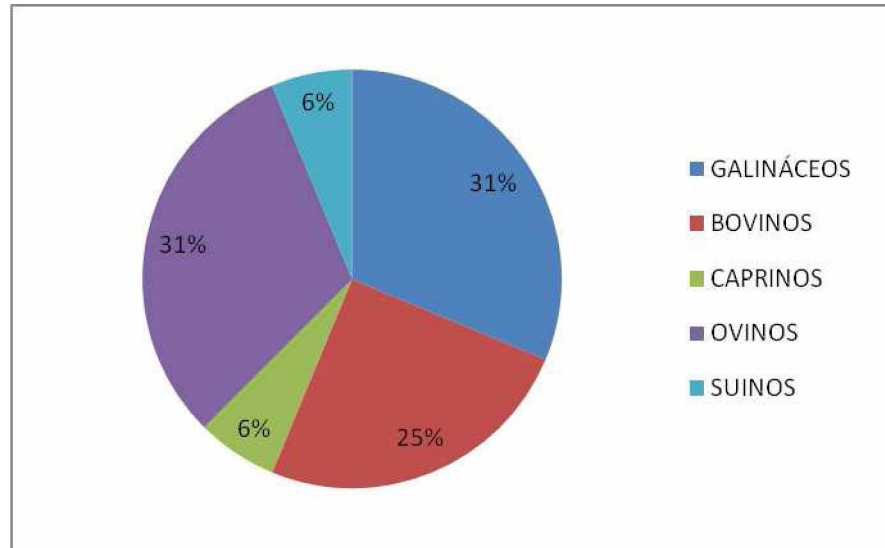
GRÁFICO 2: Tamanho da Propriedade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Observou-se ainda que as propriedades do PIS possuem chiqueiro/aves (galinhas), Chiqueiro/porco; chiqueiro/caprinos e ovinos, curral, carroça; área de pasto natural (solta), pasto plantado (capineira), ferramentas de trabalho, cisternas, além de máquinas. A criação de animais tem uma presença bastante reduzida a maior parte das famílias cria galináceos (de 05 a 10); bovinos (de 04 a 20); caprinos (160); ovinos (de 07 a 60) e suínos (de 01 a 04), constata-se um destaque para o quantitativo de caprinos e ovinos, provavelmente em decorrência do esforço das políticas públicas⁶ voltadas à agricultura familiar nas últimas duas décadas.

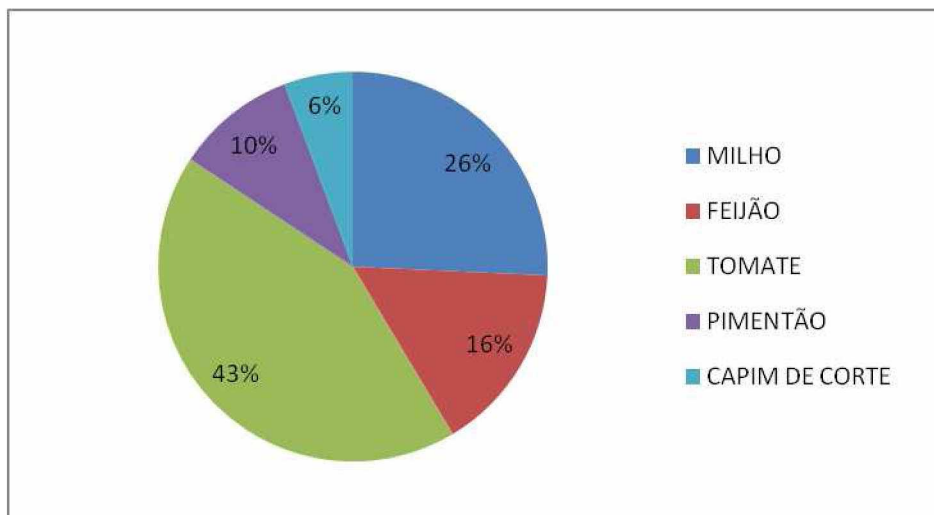
⁶ “(...) articulação entre os agentes das políticas públicas e os produtores revela um diálogo entre estratégias de incentivos à atividade produtiva da pecuária e as novas configurações institucionais, criando um campo de possibilidades para a construção do discurso apelativo que coloca a caprinocultura, como atividade viável para o desenvolvimento do semiárido.” (GOMES e MENESES, 2010)

GRÁFICO 3: Animais que são criados no Perímetro Irrigado de Sumé - PB

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Observa-se que 31% das famílias de irrigantes possuem criações de ovinos por conta da atividade de venda no comércio local, e 31% de galináceos, pois além de rentável para a venda serve também para o consumo familiar, seguidos pela criação de bovinos com 25%, destinados para o corte e comercialização de leite.

Como bem informa o Gráfico 4 a atividade realizada pelas famílias irrigantes continua sendo a atividade agrícola, que mesmo não apresentando os padrões do seu período de auge, continua predominante. É importante destacar que a atividade agropecuária também tem sua importância, mas que apenas uma parte dos irrigantes aderem a essa prática.

GRÁFICO 4: O que é plantado no Perímetro Irrigado de Sumé – PB em Há

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Sabe-se que entre os anos de 1973 a produção no PIS era de banana, feijão, milho verde e o melão, entre outros, tendo o tomate como o principal produto. Mendonça (2010) destaca que o tomate se destacou em quantidade produzida e renda líquida para os irrigantes. Observa-se atualmente que o que predomina no PIS ainda é o tomate, dado que se confirma pela quantidade de hectares, destinados ao produto, tido como carro chefe da produção, vindo em seguida o milho, o feijão, o pimentão e o capim de corte.

O sistema de cultivo utilizado é o da rotação de culturas, porém alguns entrevistados relataram que as formas compartilhadas de cultivo como os cultivos coletivos e o consórcio de culturas, estes modelos estavam previstos apenas no contrato, mas nunca foi adotado pelas famílias irrigantes.

A maioria dos colonos não exerce atividade pecuária. Mas, entre os entrevistados, um dos colonos que relatou que iniciou na atividade pecuária ainda quando pequeno, aprendeu com os parentes, tendo adquirido os animais com recursos próprios, começou então trabalhando com todas as espécies (bovinos, caprinos e suínos), mantendo-se nessa atividade até os dias de hoje.

Nas poucas propriedades em que se pratica a atividade pecuária constata-se o predomínio da bovinocultura de corte e de leite; da caprinocultura de corte e de leite e da ovinocultura de corte. O destino da pecuária de corte é a feira de animais do município de Sumé-PB, outra parte para o auto consumo e outra parte ainda serve para abastecer o matadouro local.

Com relação à produção leiteira na propriedade, identifica-se dois tipos de comercialização:

1. O irrigante repassa o leite bovino na maioria das vezes para um atravessador que faz todo o procedimento de comercialização.
2. Enquanto que o leite caprino é repassado a uma associação voltada para o beneficiamento do leite denominada Associação Gestora da usina de beneficiamento de lácteos- AGUBEL que recebe o leite dos irrigantes devidamente cadastrados no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, que está ligado ao Fome Zero, programa do Governo Federal voltado para a agricultura familiar.

Todos os produtores são associados a Cooperativa Mista dos Irrigantes do Perímetro Irrigado de Sumé – PB - CAMIS, a grande maioria faz parte de sua criação que se deu em 15 de Junho de 1975.

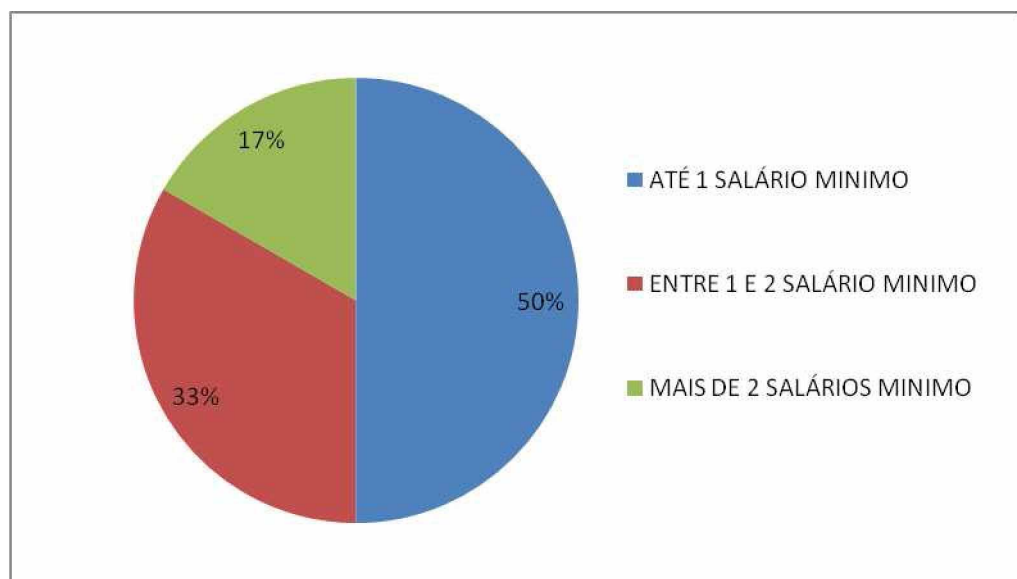
2.3 Trabalho e Renda

Nas informações sobre trabalho e renda observamos que em muitos lotes apenas o chefe da família trabalha no mesmo, exercendo pesca, agricultura, criação de aves e o cuidado com os quintais. Perguntados sobre quais atividades rurais a mãe da família exerce temos a agricultura, cultivo de horta, criação de aves e cuidado com os quintais. A mãe da família exerce ou exerceu outros tipos de atividades além da pecuária e da agricultura como a costura, muitas eram e ainda são costureiras, outras costuram apenas para a família, como também exercem o magistério, sendo professora no município. Em uma das famílias entrevistadas a mãe por ser viúva mora na propriedade com um filho deficiente e não colhe mais nas terras, apenas cria animais para a sua própria subsistência.

Alguns dos produtores no início do perímetro tinham uma contratação de mão de obra externa a família diária e semanalmente, com a paralisação das atividades não se é mas possível. Os lotes que utilizam os kits distribuídos pelo DNOCS para a irrigação por gotejamento, e que têm suas atividades em pleno funcionamento contam com a ajuda da mão de obra externa diária, semanal e mensal.

Perguntados sobre quais as fontes de renda não-agricolas constatamos que a maior parte das famílias possui aposentadoria. Em alguns casos pelo menos um dos membros da família exerce alguma atividade não agrícola remunerada, por exemplo, serviços técnicos, motoristas, professoras, agentes comunitários de saúde, vigilantes etc.

GRÁFICO 5: Renda Familiar



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Como nos mostra o Gráfico 5, a renda mensal das famílias oscila entre 1 a 2 salários mínimos, principalmente nas unidades em que há pelo menos um aposentado. Porém nas famílias em que o grupo desenvolve atividades como agricultura e pecuária à renda mensal declarada no momento da aplicação dos questionários chega a três mil reais.

2.4 A paralisação das atividades e a relação dos irrigantes com o DNOCS no PIS

Questionados sobre a paralisação das atividades no perímetro, todos responderam que o açude municipal começou a secar em fins da década de 1980 início de 1990, com a paralisação das atividades é difícil viabilizar as atividades agropecuárias, sendo que algumas puderam ser desenvolvidas, com a criação de canteiros com hortaliças que eram irrigadas com água de poços. Alguns irrigantes passaram a arrendar terras para plantar na cidade de Congo-PB para desenvolver especialmente a agricultura, pois a pecuária não era possível no momento, quem tinha seus animais usava apenas para o consumo humano e não para o corte. Em outros casos foi-se observado que alguns colonos plantam nessas terras, mas não produzem cultivos para comercialização desde a paralisação das atividades no PIS.

Para os que utilizam da irrigação por gotejamento e assim continuam a produzir, os principais produtos cultivados são: o tomate, que é tido como o carro chefe da produção, o pimentão e a cebola. Assim a comercialização dos produtos cultivados é feita através de um atravessador que depois da colheita passa para ser vendido em Sumé, João Pessoa e também em outros Estados como Pernambuco, nas cidades de Caruaru e Recife.

Perguntados sobre a relação do DNOCS com os irrigantes obtivemos a de orientação, assistência técnica (principalmente no início) e fiscalização. Hoje essa assistência é desconhecida por alguns dos irrigantes que relataram desconhecer qualquer tipo de assistência ou orientação desse órgão. O que se torna até mesmo uma crítica de muitos pela ausência do DNOCS no PIS.

Portanto é possível analisar entre os entrevistados que a produção depois da paralisação das atividades no PIS diminuiu, chegando até mesmo a ser extinta em alguns casos. A irrigação só foi retomada no ano de 2005 com a instalação de poços, além disso, Mendonça (2010) destaca que o Projeto Cooperar liberou 15 kits de irrigação para a retomada da irrigação por gotejamento, e não por gravidade como antes. Mesmo assim as famílias não produzem como antes e já não recebem nenhum tipo de assistência. Muitos dos residentes estão instalados nos lotes morando nessas terras, plantando, colhendo e repassando especialmente para o comércio local.

3 CAPITULO 3: ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E OS ESFORÇOS DE MODERNIZAÇÃO PARA A PERMANENCIA NO PIS

Este capítulo versará sobre as devidas estratégias produtivas utilizadas pelas famílias residentes no Perímetro Irrigado Sumé para a realização das atividades, assim como buscará entender quais os esforços de modernização utilizados pelas mesmas para permanecerem no PIS. Para uma melhor compreensão foram realizadas entrevistas com a coordenação local do DNOCS-Sumé e alguns irrigantes do PIS.

3.1 Os Discursos: Entre o passado e o presente

Diante de todos os procedimentos pelos quais os irrigantes tiveram que passar após a paralisação das atividades no PIS, para continuar a produzir nos lotes irrigados é preciso analisar os diversos discursos sobre a produção no mesmo e as causas que levaram a paralisação de suas atividades para um melhor entendimento. Em entrevista com a administradora atual do PIS Maria do Socorro de Sousa, que trabalha no DNOCS desde os anos de 1980, obtivemos informações sobre a produção agrícola no perímetro em seu auge.

O Perímetro irrigado de Sumé, ele produziu muito bem enquanto o açude Sumé, que é o manancial que abastece o perímetro, ele teve água suficiente para irrigar. A partir do momento que começaram as secas, aí o açude foi secando, a estrutura de irrigação que era por gravidade que são canais a céu aberto é uma estrutura que não é condizente com a nossa realidade, de nós caririzeiros. Nós que sempre tivemos um baixo índice pluviométrico, então não era condizente o açude foi secando e eles produzindo até 1989. Em 89 eles já produziram assim, com restrições cada irrigante só plantou uma ilha da cultura que ele quis plantar, geralmente é tomate, o carro chefe da produção do perímetro irrigado era o tomate, houve muita diversificação no início, se plantou melão japonês, se plantou milho industrial, muita banana, só que eu acho que eles chegaram a conclusão que a cultura do tomate era mais rentável. Então pronto, chegando 89 eles plantaram esse hectare de tomate e foi suspensa a irrigação porque o açude além de abastecer o perímetro ele também abastecia a cidade e a lei das águas diz que em primeiro lugar está o abastecimento humano e animal...então pronto, o perímetro ficou parado, parado de 89-90 até 2005 mais ou menos. Aí pronto, aí eles começaram, não tinha água d açude mas eles foram cavando poços ao longo do rios e foram produzindo.(M.S.S.21/03/14)

Em seu discurso a administradora destaca a paralisação das atividades no PIS, os problemas que levaram o açude municipal a secar, assim também como a questão das culturas que eram plantadas, como o tomate que é destaque em produção por ser mais rentável. Os esforços para o retorno das atividades em 2005 partiu dos próprios irrigantes, que começaram a buscar soluções para continuar a produzir com água de poços, mesmo tendo aqueles que estavam desmotivados para continuar com a produção agrícola pela falta de água e de recursos, pois muitos tiveram que deixar os lotes, a cidade e ir embora para outras regiões como São Paulo para garantir melhores condições de vida para sua família, como relata um

irrigante que vive a 40 anos no PIS: “...Quando ele parou eu corri daqui (risos) fui pra São Paulo, eu corri, não agüentei não” (J.I.A, 28/04/14)

Em outro caso, o irrigante relata que foi para a cidade do Congo-PB para continuar a produzir. “...Fui plantar em São Paulo dos Dantas...com menor intensidade, continuei com água de poço. Continuei com a pecuária e a agrícola, plantava tomate, essas coisas sabe...tomate, pimentão, milho.”(A.A.S, 28/04/14)

Contudo, entre os discursos recentes, a administradora do DNOCS local destaca que hoje os irrigantes encontram novas formas de lidar com os problemas ocasionados pela seca, buscando novas formas de convivência para o semiárido.

Hoje a gente fala de convivência com a seca antes o nome do DNOCS já está dizendo, departamento nacional de obras contra as secas, então hoje é diferente, hoje o povo pensa diferente, pensa em conviver, encontrar meios, formulas, é..pra conviver com a seca que a gente sabe q é uma constante né,..nosso Nordeste nosso cariri...Mas naquele tempo ... não se prepararam para essas adversidades. (M.S.S.21/03/14)

Em meio a esses discursos ainda encontramos a questão da revitalização desse PIS, o que encontra-se em trâmites no DNOCS:

Existe uma proposta do Governo do Estado da Paraíba para implantação de uma nova rede de distribuição, através de tubulação adutora, aproveitando a carga hidráulica do açude para a distribuição de água por gravidade, a todos os lotes do perímetro, dotando-os de um ponto de tomada de água, compondo assim infraestrutura de irrigação de uso comum do perímetro. (Silva, 2006, pág. 20)

Para que isso aconteça a administradora Maria do Socorro de Sousa acredita que o DNOCS deve fazer uma reavaliação dos lotes, juntamente com os irrigantes que estão a mais tempo instalados.

...eu digo que o perímetro pra ser realmente reativado o DNOCS tem que fazer uma ... O DNOCS tem que fazer uma, assim, digamos assim, uma reavaliação do que fazer com esses irrigantes mais antigos, se eles têm condição de levar o lote à diante porque reativar e ficar com pessoas que não possam plantar produzir e gerar emprego e renda não é interessante. (M.S.S.21/03/14)

Observa-se que sua crítica vai ao encontro dos antigos irrigantes, pois existem alguns que não praticam mais nenhuma atividade em suas terras para a produção de renda, apenas para sua própria subsistência e a de sua família.

Contudo, entre os discursos analisados observa-se que o PIS volta a funcionar. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos irrigantes que estão atuando no mesmo hoje, principalmente por conta da seca que assola a região e por não ter mais a irrigação funcionando nos padrões do tempo de seu auge, a produção acontece. Em relatórios fornecidos pelo DNOCS observamos que para facilitar o acesso a água, até para o

abastecimento humano, além dos poços que foram perfurados no PIS, se tem os dessalinizadores e cisternas que proporcionam aos irrigantes as diversas formas para a atividade agrícola e pecuária, através da irrigação por gotejamento utilizando água de poços.

3.2 O irrigante e as novas estratégias produtivas

Relatamos em capítulos anteriores a importância do irrigante em todo esse processo, principalmente por ser a peça fundamental para o bom andamento das atividades, segundo Bursztyn (1984) “o Perímetro irrigado de Sumé foi implantado de forma a minimizar o risco de funcionamento. Portanto, uma das precauções da administração é o controle cuidadoso e sistemático do principal produto deste laboratório de experiências: o colono.”

Sabemos que desde o encerramento das atividades no Perímetro Irrigado de Sumé, várias dificuldades foram enfrentadas por aqueles que tinham no projeto a sua única forma de subsistência, o agricultor que tirava dali o seu sustento e o de sua família, se viu praticamente obrigado a buscar novas formas para continuar a produzir as margens do açude, como destaca Wanderley (2004) deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais.

O agricultor familiar residente no Semiárido e principalmente no PIS busca novas alternativas para dar continuidade a produção e assim manter a sua subsistência e a de sua família. Dentre os irrigantes presentes no PIS, destacamos aqueles que estão ativos na produção, que são 66,67%, assim também como alguns que não produzem mais em seus lotes que corresponde a 33,33 % dos produtores.

Podemos destacar que entre as estratégias empreendidas para permanência no PIS estão a venda do tomate a fábrica Palmeiron, localizada em Belo Jardim - PE, essa que durante um período do ano distribui kits próprios para o cultivo aos interessados em repassar o produto para a empresa como explica o Técnico Agrícola Pedro Fidélis funcionário do DNOCS desde 1982:

(...) No setor de irrigação por tomate quem dá toda a assistência aqui é a fábrica Palmeron de Belo Jardim-PE, então tem um agrônomo que presta toda assistência técnica ao perímetro, a quem está plantando, então ele fornece desde a muda, até a colheita aí faz todo o processo, administra tudo. O cultivo mais comercializado é o tomate, pimentão, o milho se plantou muito o industrial...

Além disso, alguns irrigantes comercializam seus produtos na feira central do município que acontece semanalmente.

Através de entrevistas com alguns irrigantes podemos obter informações de como se encontra a produção atualmente, assim como as estratégias para dar continuidade à produção em seus lotes. Um dos entrevistados relata:

Hoje estava praticamente parado, pois estava sem chover, mas agora que voltou, a gente vai voltar a plantar tomate de novo ne? Pimentão, melancia sempre se planta, feijão... Tomate de mesa se manda para fora...(J.L. 28/04/14)

O irrigante relata a dificuldade encontrada durante o período de estiagem, onde não existem possibilidades de produção, pois o tomate carro chefe da mesma, tem maior rentabilidade em períodos chuvosos.

A partir de informações contidas em relatórios disponibilizados pelo DNOCS podemos analisar o volume e a diversificação da produção atualmente, no período de março de 2013 a março de 2014, explanando de maneira geral o que está sendo produzido pelos irrigantes e o que é mais rentável no PIS, como mostra os quadros a seguir.

QUADRO 1: Produção Estimada das Culturas Agrícolas (Quantidade) do PIS entre Março de 2013 a Março de 2014

| Culturas | Mar/13 | Abr/13 | Mai/13 | Jun/13 | Jul/13 | Ago/13 | Set/13 | Out/13 | Nov/13 | Dez/13 | Jan/14 | Fev/14 | Mar/14 | Total |
|--------------|--------|--------|---------|---------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Tomate | - | 28.800 | 142.880 | 56.288 | 57.600 | 126.016 | - | - | - | - | - | - | 32.198 | 443.782 |
| Feijão | - | - | - | 800 | - | - | - | - | 935 | - | - | - | - | 1.735 |
| Milho Espiga | - | - | - | 8.525 | - | - | - | - | 7.936 | - | - | - | - | 16.461 |
| Melancia | - | - | - | 6.935 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6.935 |
| Pimentão | - | - | - | 52.000 | - | - | 29.650 | - | - | - | - | - | - | 81.65 |
| Total | - | 28.800 | 142.880 | 124.548 | 57.600 | 126.016 | 29.650 | - | 8.871 | - | - | - | - | 477.078 |

Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados fornecidos pelo DNOCS, 2013/2014.

Pode-se observar que durante o ano de 2013 alguns meses não apresentam nenhum tipo de produção de culturas, enquanto que em outros encontramos produção de apenas um ou dois tipos, apresentando sempre o tomate como o produto mais produzido, seguido do pimentão, e do milho que é tido como uma alternativa de revezamento de cultura. No ano de 2013 constata-se que no mês de março não houve produção de nenhum cultivo, enquanto que o mês de maio foi o de maior produção, chegando a produzir mais de 140 toneladas de culturas, já nos três primeiros meses do ano de 2014 só houve produção no mês de março, o que de acordo com os entrevistados pode ser explicado pelas chuvas constantes na região neste período.

QUADRO 2: Produção Pecuária (Quantidade/abate) do PIS entre Março de 2013 a Março de 2014

| PECUÁRIA | Mar/13 | Abr/13 | Mai/13 | Jun/13 | Jul/13 | Ago/13 | Set/13 | Out/13 | Nov/13 | Dez/13 | Jan/14 | Fev/14 | Mar/14 | Total |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Bovinos | 3 | 9 | - | - | 1 | 60 | - | 72 | - | - | 5 | - | 3 | 153 |
| Caprinos | 19 | 104 | - | - | - | 35 | - | 184 | - | - | 53 | 39 | 69 | 503 |
| Ovinos | 32 | 117 | 20 | - | - | 63 | - | 269 | - | - | 32 | 27 | 75 | 635 |
| Suínos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 54 | 230 | 20 | - | 1 | 158 | - | 525 | - | - | 90 | 66 | 147 | 1.291 |

Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados fornecidos pelo DNOCS, 2013/2014

Sobre a produção pecuária o que nos mostra o Quadro 2 é que no período de março de 2013 a março de 2014 diferentemente do que nos mostra o quadro 1 sobre a produção de culturas, a quantidade comercializada em todos os meses do ano possui uma variação entre os produtos, quase todos são comercializados com frequência dentro do período analisado. Os meses de junho, setembro, novembro e dezembro de 2013 não apresentam número algum em produção pecuária, pois nenhum dos animais destacados são utilizados para o abate nesses meses, enquanto que no mês de outubro do mesmo ano nota-se a maior produção de animais comercializados com mais de 500 cabeças enviadas para o abate, tendo o destaque em todo o período analisado para o abate de ovinos e caprinos.

Dessa maneira podemos destacar que as atividades realizadas atualmente pelos irrigantes no PIS encontram-se entre a agricultura e a pecuária, os números nos mostram que a produção acontece no PIS, o irrigante que busca novas alternativas continua a produzir em seus lotes, criar seus animais e que os recursos utilizados para a irrigação até o momento estão dando certo, os esforços de modernização nesse espaço a partir novas formas de produção, parte dos próprios irrigantes que buscaram alternativas para continuar a produzir em seus lotes. Pois como destaca o atual presidente da CAMIS Sr. José Lourinaldo Martins após a paralisação das atividades no perímetro: *“...Se irrigou com água de poço, tudo o que a gente tem hoje é utilizando água de poço.”*.

A falta de assistência do órgão responsável reflete muitas vezes nos estímulos de produção, alguns dos irrigantes sentem-se desmotivados: *“Nós estamos ao Deus dará”. Temos uma relação com o DNOCS porque estamos na área dele, mas assistência assim... o DNOCS não tem nada pra dar mais...se quisermos produzir tem que correr atrás, com recursos próprios.”*(A.A.S,28/04/14)

A certa insatisfação dos irrigantes para com o DNOCS, que não funciona de uma maneira desejada, nem busca incentivar os irrigantes em suas práticas produtivas.

3.3 A Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé - CAMIS

Buscou-se também nesse trabalho informações atuais a respeito da Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé - CAMIS, considerando esta como parte central para entendermos como se dá a produção atualmente e os esforços de modernização para dar continuidade a produção, dessa maneira alguns relatos de informantes chave foram obtidos desde a sua criação até a paralisação das atividades do PIS, para nos ajudar a entender o que acarretou também no encerramento das suas atividades, chegando ao momento de sua reativação.

A cooperativa agrícola mista dos irrigantes de Sumé que era uma cooperativa prospera (...) adquiriu um patrimônio bom, inclusive com, assim, eles tinham uma, uma parte da cooperativa que era uma venda de bens de consumo, bem diversificada e com um preço bem acessível, mais aí eles foram ficando sem produzir e foram aos poucos, eles não estavam preparados, a dificuldade maior que eles enfrentaram foi essa a falta de preparo que eles não tiveram. (...) Mas naquele tempo eles viviam no bem bom, eles tinham de mais, adquiriram muitos bens e não se prepararam para essas, as adversidades e aí nesse período que a cooperativa foi, né, que eles foram ficando sem produzir, inclusive eles tinham frigorífico pra abate de animais, eles tinham uma seção que vendia queijo, e tinha a seção de consumo que era, assim, bem diversificada a oferta. Mas aos poucos sem eles produzirem, (...) a finalidade da cooperativa não é lucro, né?, cooperativa é pra trabalhar juntos e cada um ter a mesma chance que o outro tem, cooperativa é pra trabalhar nesse sentido. Aí eles foram decaindo, decaindo, foram se desfazendo dos bens que adquiriram e muitos chegaram a passar até necessidade porque naquele tempo eles não eram aposentados hoje os mais antigos já têm uma aposentadoria rural, tem ele, tem a esposa que dá pra ir sobrevivendo. Mas aí foi só em declínio, em declínio até 2005, a cooperativa chegou a fechar mesmo as portas, eles só plantavam quem tinha um poço e muito pouco (...) Eu acho até que eles ficaram muito desmotivados e se entregaram muito fácil, porque a partir de 2005 o José Lourinaldo que é o presidente da CAMIS ele botou na cabeça que ele queria produzir ele e mais outros, juntaram-se aí uns 8 a 10 irrigantes e eles disseram “a gente vai produzir” e foram atrás de reativar a cooperativa, foram buscar os órgãos competentes atrás de reativar, conseguiram reativar, também houve parceria com o governo do Estado, a Saelpa, eles foram contemplados com um kit de irrigação, nesse kit tinha um local para armazenar água, que era pra eles utilizarem aquela água, uma caixa, utilizarem aquela água pagando uma tarifa mais baixa que é a tarifa verde e tem a casa de bomba, o kit de irrigação, inclusive com fértil irrigação. Aí pronto, aí eles começaram, não tinha água de açude mas eles foram cavando poços ao longo do rio e foram produzindo. Os que tinham vontade, a maioria estava desmotivada... (M.S.S.21/03/14)

Entre os entrevistados temos o Sr. Lourival Alves de Oliveira, primeiro secretário da CAMIS e um dos fundadores da mesma em Junho de 1975, que relata sobre a sua participação na cooperativa e os procedimentos pela qual a mesma passou para a efetivação no município.

Quando a CAMIS foi fundada... sou fundador... Início em 1975, desmembramento dela.... que pertencia a cooperativa do Estado da Paraíba. Os perímetros Irrigados da Paraíba, os três perímetros, pertenciam a cooperativa central da Paraíba. Aí quando foi em 1975 falaram com o DNOCS pra desmembrar a nossa cooperativa da cooperativa da Paraíba. Pertencia a São Gonçalo. Aí criou a Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé em 15 de junho de 1975. Nós tivemos um preparo aqui, de um assistente social, e eles elegiam o pessoal aqui da administração... Houve a votação aqui... Houve uma votação antes dela ser desmembrada, só com membros da cooperativa central da Paraíba. A votação aqui foi escolhido a diretoria, o conselho de administração ao todo e o conselho fiscal. Aí levamos

pra São Gonçalo onde deu o desmembramento e lá apresentamos na assembléia que foi aprovada, as pessoas pra coordenar foi indicada aqui, presidente, vice presidente, secretario, conselho de administração e conselho fiscal. Fui o primeiro Secretário. O primeiro presidente foi José Carlos de Sousa (Zeca do Lote). O primeiro vice-presidente foi Francisco Tomaz Filho. O próprio DNOCS indicou Mario Alexandre, foi gerente, era uma pessoa muito inteligente não tinha propriedade era funcionário do DNOCS e a diretoria aceitou. Hoje (risos) sou ligado a CAMIS, ela praticamente não existe mais, vou dizer a você, existe,é...tentaram reorganizar ela, mas é uma cooperativa que faz três que anos não faz reunião, não presta conta a ninguém, não é uma...e eu sou ligado a CAMIS ainda, sou ligado a ela, agora não sei, não sei responder nada sobre ela, não me excluam...(L.A.O, 30/03/14)

O ex-secretário relata sobre o desmembramento da cooperativa da Paraíba que pertencia a São Gonçalo, formando assim a coordenação da CAMIS em Sumé com a escolha de seus dirigentes. Além disso, é destacado a sua participação na cooperativa, que segundo o mesmo a três anos não reúne os irrigantes em reuniões organizacionais, nem faz prestação de contas.

Dessa maneira, o atual presidente da CAMIS Sr. José Lourinaldo Martins destaca o trabalho da cooperativa:

“A gente reativou ela (CAMIS) em 2006, porque a gente precisando de qualquer coisa tem que ser através dela né? Que é ruim com ela e pior sem ela. A Palmeiron não tem muito interesse em trabalho individual não sabe... tem mais interesse assim através do grupo, porque fica mais fácil pra ela, trabalha quase da mesma forma que a Peixe, inclusive o gerente dela hoje era o gerente da Peixe que é o Dr. Cosmo, só que na época a Peixe tinha outro sistema porque os bancos financiavam, hoje os bancos pra financiar um projeto é uma dificuldade maior do mundo, porque existe muita propaganda, agora na prática.”(J.L.M.28/04/14)

A CAMIS foi reativada em 2006 através de irrigantes que buscavam continuar com o trabalho coletivo e principalmente os que tinham interesses com relação à condução das transações agrícolas. Na fala do atual presidente vemos que o interesse em reativação da cooperativa está na facilidade que a mesma proporciona para as transações agrícolas com os irrigantes que se sentem motivados ao repasse a indústria, nota-se que, o que é importante para a empresa é o trabalho coletivo. Dessa maneira, o mesmo destaca o procedimento:

Hoje a gente está parado também vice, a gente está só com ela ativada ai porque a gente ia ate fechar, mas aí não fecha agora não pode ser que saia esse projeto que ta pra sair e ela já “tando” ativada fica melhor, e se fechar pra reativar de novo vai dar trabalho demais, ai a gente ta com ela só pra dizer que ta. Quando a Palmeiron vem, a gente conversa ai, senta, ver quem quer plantar quem não quer... eles vinheram agora fecharam o contrato ai vou debater com os meninos ai quem quer plantar quem não quer, repassar as condições que ela dar né? Ai e só...A gente aqui ta parado! A nossa parceira, que na verdade Palmeiron é o nome da faichada dela lá, mas o nome dela mesmo é ASA, nome da empresa sabe, o nome certo dela é esse. Como esse grupo comprou a Palmeiron ai eles não quiseram tirar o nome Palmeiron né? O nome dela é ASA. Cada irrigante coloca em media duas caixas de tomate daí eles fazem um teste em cada caixa, do brinx e do premio de qualidade. Aí se o tomate

tiver qualidade você ganha o premio, a industria paga pra gente o premio. O ano passado que não sei se o sol foi mais quente que os outros ano “tudinho” a tomate era mais fraca mais deu mais premio que os outros anos, premio de brinx e de qualidade que varia ne em 3,5; 5,0,6,25; 8,75; 10 que as vezes juntando tudo da um premio até de 15 % cada carrada. O ano passado deu. Porque tomate só trabalha uma vez por ano, ai depois ela trabalha com outras coisas... Aqui para a feira eu plantei já mas eu não gosto muito, eu acho melhor plantar aqui para a industria, que já é um mercado certo, eu já plantei para o comércio recentemente eu plantei mas eu não gosto não. Eu gosto mais de plantar para a indústria porque é um mercado já certo, hoje ela ta pagando por tonelada, é barato é, mas se a gente for fazer as contas direitinho é relativo, garantia certa, hoje ela ta pagando 210,00 reais por tonelada. E eles dão assistência técnica, eles fornecem os insumos pra gente, as mudas de tomate... (J.L.M.28/04/14)

Muito dos cultivos plantados no perímetro são colhidos e vendidos na feira central. Anualmente os irrigantes colhem principalmente o tomate e enviam para a fábrica da ASA Indústria e Comercio Ltda. com o nome fantasia – Palmeiron localizada em Belo Jardim-PE. Essa indústria por meio de contrato anual com a cooperativa uma vez por ano instrui os colonos à produção e repasse do tomate, onde fornecem toda a assistência desde o preparo do solo até a colheita. Por fim o tomate vai para a fábrica onde acontece a pesagem e se paga aos irrigantes, o pagamento é repassado para a cooperativa que paga aos irrigantes, repetindo assim antigos padrões do tempo de auge do PIS, onde a CAMIS é encarregada de receber os valores e repassar para os colonos.

Por fim, é possível observar que de alguma maneira, mesmo com dificuldades pela falta de recursos e principalmente de água e assistência, pois muitos dos irrigantes reclamam da falta de assistência e orientação do DNOCS. A produção acontece no PIS em todos os aspectos seja na agropecuária ou na agricultura que é o que predomina. A CAMIS está com suas atividades paradas, suas reuniões segundo o seu presidente José Lourinaldo são feitas em casos extremos, principalmente quando é época de colheita que a empresa Palmeiron vem para distribuição de material que viabiliza a produção que será repassada para a mesma. Os colonos presentes no PIS lutam pela reativação nas atividades no mesmo, o que já está em projeto, mas nada ainda foi feito para esse acontecimento.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a realizar a análise das famílias de irrigantes do Perímetro Irrigado Sumé- PB, em um esforço de tentar compreender o que aconteceu com os mesmos após a paralisação das atividades no perímetro. Os últimos 20 anos são marcados pela retomada das atividades, através dos esforços dos próprios colonos que procuram alternativas para a exploração das terras, com a perfuração de poços que auxiliam na irrigação, análise da situação hídrica e a recuperação de equipamentos hidromecânicos do açude público feita pelos órgãos responsáveis, para que o PIS seja revitalizado.

Em nossos objetivos procurou-se identificar o que aconteceu com os autores envolvidos nesse processo após a decadência do PIS. Concluímos que os irrigantes continuam em seus lotes com diversas práticas agrícolas e pecuárias, mas que não produzem da mesma maneira que nos tempos de auge do PIS, a produção diminuiu a comercialização dos produtos para muitos não existe mais, e entre os que comercializam os produtos cultivados foi-se destacado que as maiores dificuldades encontradas estão primeiramente na questão da seca que assola a região, a falta de recursos e assistência do DNOCS para a realização das atividades na área.

Com relação à CAMIS observou-se que a mesma está ativa apenas para que haja uma melhor facilitação de negociação com a indústria à qual está vinculada a Indústria e Comércio LTDA- ASA, conhecida como Palmeiron, onde os irrigantes que se sentem motivados produzem - como já foi explanado - para repassar para a indústria. Reuniões com os irrigantes, trabalhos de orientação e visitas técnicas não são realizadas, o que também está inserido em todo o contexto de desânimo por parte de alguns irrigantes para a produção.

Portanto é possível identificar que com a decadência e consecutivamente paralisação das atividades no PIS, mudou-se o quadro da produção agrícola e da pecuária principalmente que sofreu uma diminuição maior em sua atividade, trazendo problemas as famílias, muitos foram embora da cidade em busca de melhores condições de vida, outros abandonaram as terras por um período indo em busca de outras formas para continuar a produção, como indo arrendar terras cidades próximas. Tudo isso leva-nos a crer que muitos dos que permanecem no PIS não plantam e nem colhem mais para o comércio dos produtos, mas apenas para subsistência própria, o que também em muitos casos não é corriqueiro, pois muitos não exercem atividades constantes em seus lotes.

Futuros estudos podem ser realizados no que concerne ao debate atual tido nesse meio rural sobre a revitalização das atividades no PIS, estudar a retomada das atividades no mesmo,

levando em consideração as transformações ocorridas aos longos dos anos, buscando identificar os esforços para a retomada da irrigação utilizando o açude municipal.

REFERÊNCIAS

ALVES Gomes, Ramonildes. **A Qualidade de Vida das Famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ethos e racionalidade.** Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE/PPGCS/CFCH. – Recife: UFPE, 2005.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, J. O. **A Economia Política do Nordeste.** Secas, Irrigação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 10 de Setembro de 2013.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/explota>> Acesso em: 02 de Abril de 2013.

GOMES, Ramonildes e MENESES, Valdênio. **As políticas públicas de incentivo a ‘(re)peculiarização’ no semi-árido nordestino’: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial.** VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

GTDN 1997, “**Uma política de desenvolvimento para o Nordeste.**” Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432. Publicação Original: 1959.

HEINZE, Bráulio Cezar Lassance Britto. **A importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil.** Brasília: EcobusinessSchool/FGV, 2002.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **Do oásis à miragem: uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé-PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste.** Campina Grande, PB: PPGCS/UFCG, Dissertação de Mestrado, 2010.

Projeto Sumé – Aproveitamento Hidro- Agrícola do Açude Público de Sumé – Volume I- Dnocs – 3ª DR. – Recife – PE, 1966.

REIS, Paulo Ricardo da Costa E SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. **Impactos da Política Nacional de Irrigação sobre o desenvolvimento socioeconômico do norte de Minas Gerais.** Revista de política agrícola. Ano XX – No 3 – Jul./Ago./Set. 2011.

SILVA, Everaldo de Oliveira E SOARES, Eloyza Tolentino. **A Técnica da Açudagem como resolução das Secas na Década de 1950.** Rio Grande do Norte. V Encontro Estadual de História do Rio Grande do Norte ANPUH – RN, 2012.

SILVA, Lindiberg Farias Duarte. **Avaliação de Unidades Produtivas da Agricultura Familiar no Perímetro Irrigado de Sumé, PB.** Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, UFCG, 2006.

SOUSA, Maria do Socorro de. **Irrigação e sustentabilidade: o desenho institucional do perímetro irrigado Sumé.-** Sumé - PB: [s.n], 2013.

SUASSUNA, João. **SEMI-ÁRIDO: proposta de convivência com a seca.** Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário. Os estudos rurais no Brasil** – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2011.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

ANEXOS